

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2018	2017
Circulante			(Reclassificado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	657.789	340.336
Contas a receber de clientes e outros	6	1.160.765	1.057.265
Títulos e valores mobiliários	7	4.787	58
Instrumentos financeiros derivativos	14	4.954	45.344
Impostos e contribuições a recuperar	8	139.969	146.818
Serviços em curso		40.060	28.172
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	193.453	120.556
Outros ativos circulantes		107.222	76.945
Total do ativo circulante		2.308.999	1.815.494
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	89.942	106.782
Títulos e valores mobiliários	7	30	-
Instrumentos financeiros derivativos	14	208.286	53.937
Impostos e contribuições a recuperar	8	42.017	71.656
Impostos e contribuições diferidos	9	212.824	262.284
Depósitos judiciais	18	110.491	96.888
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	-	150
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	-	55.111
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	1.742.211	1.364.297
Outros ativos não circulantes		7.501	11.859
Intangível	12	3.041.124	2.837.542
Total do ativo não circulante		5.454.426	4.860.506
Ativo total		7.763.425	6.676.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

BALANÇO PATRIMONIAL

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	588.975	832.043
Empréstimos e financiamentos	14	446.966	472.898
Debêntures	14	201.589	188.241
Instrumentos financeiros derivativos	14	7.783	6.462
Salários e encargos a pagar	15	47.166	82.922
Encargos setoriais	16	63.111	73.521
Impostos e contribuições a recolher	17	117.591	213.494
Dividendos e juros sobre capital próprio	20	565	64.669
Provisões	18	68.114	50.603
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	18.413	17.758
Outros passivos circulantes	19	144.679	162.045
Total do passivo circulante		1.704.952	2.164.656
Não circulante			
Fornecedores	13	47.254	44.256
Empréstimos e financiamentos	14	2.377.518	1.821.239
Debêntures	14	1.688.629	746.564
Instrumentos financeiros derivativos	14	6	-
Encargos setoriais	16	29.205	34.498
Provisões	18	74.919	88.920
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	29	160.703	201.760
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	10	31.581	-
Outros passivos não circulantes	19	55.188	36.751
Total do passivo não circulante		4.465.003	2.973.988
Patrimônio líquido	20		
Capital social		663.178	663.178
Reservas de capital		485.076	485.076
Reservas de lucros		356.324	356.062
Outros resultados abrangentes		43.616	33.040
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		45.276	-
Total do patrimônio líquido		1.593.470	1.537.356
Passivo e patrimônio líquido total		7.763.425	6.676.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2018	2017 (Reclassificado)
Receita líquida	21	5.616.046	5.302.528
Custos dos serviços		(4.749.692)	(4.590.439)
Custos com energia elétrica	22	(3.374.829)	(3.141.901)
Custos de operação	23	(642.254)	(757.464)
Custos de construção		(732.609)	(691.074)
Lucro bruto		866.354	712.089
Despesas com vendas	23	(184.091)	(208.825)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas	23	(231.366)	(156.580)
Lucro operacional		450.897	346.684
Resultado financeiro	24	(286.562)	(287.341)
Receitas financeiras		1.137.216	364.988
Despesas financeiras		(1.423.778)	(652.329)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		164.335	59.343
Imposto de renda e contribuição social	9	(52.431)	(2.948)
Corrente		(122)	5
Diferido		(52.309)	(2.953)
Lucro líquido do exercício		111.904	56.395
Lucro básico e diluído por ação do capital em – R\$:			
Ordinária		1,4983	0,7551
Preferencial A		1,4983	0,7551
Preferencial B		1,6481	0,8306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	111.904	56.395
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho líquido (perda) na remensuração dos planos de benefícios pós emprego	14.874	7.490
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	(5.057)	(2.547)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	9.817	4.943
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganho líquido (perda) em <i>hedge</i> de fluxo de caixa	1.150	-
Impostos diferidos sobre resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado	(391)	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	759	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	10.576	4.943
Resultado abrangente do exercício	122.480	61.338
Lucro básico e diluído por ação do capital em – R\$:		
Ordinária	1,6399	0,8213
Preferencial A	1,6399	0,8213
Preferencial B	1,8039	0,9034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucros				Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados		
Saldos em 01 de janeiro de 2017	590.174	30.077	454.999	73.004	287.956	86.711	28.097	-	23.314	1.574.332
Aumento de capital	73.004	-	-	(73.004)	-	-	-	-	-	-
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.314)	(23.314)
Outros resultados abrangentes										
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	4.943	-	-	4.943
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	56.395	-	56.395
Destinações:										
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(75.000)	-	(75.000)
Absorção de reserva de lucros	-	-	-	-	-	(18.444)	-	18.444	-	-
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	(161)	-	-	161	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	663.178	30.077	454.999	-	287.795	68.267	33.040	-	-	1.537.356
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	(53)	-	-	-	-	(53)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9 (Nota 2.6)	-	-	-	-	-	-	-	(16.107)	-	(16.107)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	111.904	-	111.904
Outros resultados abrangentes										
Ganhos e perdas atuariais, líquidos	-	-	-	-	-	-	9.817	-	-	9.817
Efeito <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquidos	-	-	-	-	-	-	759	-	-	759
Destinação:										
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(50.206)	-	(50.206)
Reserva de incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	315	-	-	(315)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(45.276)	45.276	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	663.178	30.077	454.999	-	288.057	68.267	43.616	-	45.276	1.593.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa operacional		
Lucro líquido do exercício	111.904	56.395
Ajustes para:		
Amortização	235.684	209.805
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(105.260)	(237.607)
Imposto de renda e contribuição social	52.309	2.948
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	267.557	240.818
Valor de reposição estimado da concessão	(55.940)	(57.155)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos de investimentos, intangíveis e financeiros indenizáveis	27.366	25.699
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	55.019	40.563
Perdas por redução esperada de créditos de liquidação duvidosa	106.907	109.364
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	19.561	26.164
Atualização das provisões para contingências	26.316	36.468
Atualização de títulos e valores mobiliários	(373)	(15.586)
Outras atualizações de receitas e despesas, líquidas	4.433	412
	745.483	438.288
Variações em:		
Contas a receber de clientes e outros	(217.972)	(263.478)
IR e CSLL a recuperar	(27.739)	2.131
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	65.739	10.191
Depósitos judiciais	(15.399)	(20.233)
Despesas pagas antecipadamente	(20.905)	(30.422)
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	189.185	(16.351)
Benefício pós-emprego e outros benefícios	150	1.261
Outros ativos	(34.153)	(30.270)
	(61.094)	(347.171)
Fornecedores	(240.070)	165.617
Salários e encargos a pagar	(35.756)	41.105
Encargos de dívidas e derivativos pagos e liquidação de instrumentos financeiros		
derivativos	(171.078)	(277.059)
Encargos setoriais	(18.340)	26.979
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(4.748)	-
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(98.201)	(12.162)
Valores a repassar da parcela A e outros itens financeiros	(70.130)	-
Indenizações e contingências pagas	(77.825)	(56.326)
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(45.089)	(42.266)
Outros passivos	1.071	19.217
	(760.166)	(134.895)
	(75.777)	(43.778)
Fluxo de caixa oriundo (consumido) das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(746.689)	(716.156)
Resgate/(aplicação) em títulos e valores mobiliários	(4.386)	191.581
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	(751.075)	(524.575)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	800.481	1.105.340
Captação de debêntures	1.100.000	593.838
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(468.829)	(726.940)
Amortização do principal de debêntures	(153.440)	(49.995)
Pagamentos de custos de captação	(24.180)	(22.111)
Depósitos em garantias	(15.799)	-
Obrigações vinculadas	13.389	8.202
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(107.317)	(23.303)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.144.305	885.031
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	317.453	316.678
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	340.336	23.658
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	657.789	340.336
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	317.453	316.678

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas		(Reclassificado)
Vendas brutas de energia, serviços e outros	8.442.261	7.941.725
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	<u>(106.907)</u>	<u>(109.364)</u>
	8.335.354	7.832.361
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(*) (3.309.415)	(3.269.908)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*) (433.882)	(216.909)
Matérias-primas consumidas	(*) (1.085)	(8.602)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*) <u>(1.187.696)</u>	<u>(1.190.580)</u>
	(4.932.078)	(4.685.999)
Valor adicionado bruto	3.403.276	3.146.362
Amortização	(*) <u>(235.684)</u>	<u>(209.805)</u>
Valor adicionado líquido	3.167.592	2.936.557
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(*) <u>1.144.352</u>	<u>370.736</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>4.311.944</u>	<u>3.307.293</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	105.603	160.130
Encargos sociais (exceto INSS)	23.364	27.810
Auxílio alimentação	22.564	20.343
Previdência privada e outros benefícios	10.272	6.858
Despesas com desligamento	21.529	6.208
Férias e 13º salário	29.551	23.303
Plano de saúde	27.716	23.058
Participação no resultado	23.564	23.068
Administradores	2.647	6.400
(-) Transferência para ordens	(50.285)	(35.365)
Outros	5.727	3.844
Subtotal	<u>222.252</u>	<u>265.657</u>
Impostos, taxas e contribuições		
INSS	34.316	31.029
ICMS	1.619.054	1.454.106
PIS/COFINS	350.488	309.166
Imposto de renda e contribuição social	52.431	2.948
Obrigações intra-setoriais	488.383	526.329
Outros	6.362	5.916
Subtotal	<u>2.551.034</u>	<u>2.329.494</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias e cambiais	1.423.778	652.329
Aluguéis	(*) <u>2.976</u>	<u>3.418</u>
Subtotal	<u>1.426.754</u>	<u>655.747</u>
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	50.206	75.000
Dividendos adicionais propostos	45.276	-
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	315	(161)
Absorção de reserva de lucros	-	(18.444)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	<u>16.107</u>	<u>-</u>
Subtotal	<u>111.904</u>	<u>56.395</u>
Valor adicionado distribuído	<u>4.311.944</u>	<u>3.307.293</u>

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Recife – Pernambuco – Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) e controlada pela Neoenergia S/A (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão n° 26 com vencimento em 2030. A Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

Adicionalmente, a Companhia está autorizada a manter usina de geração de energia térmica a diesel no Distrito Estadual de Fernando de Noronha até 2019.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – (“IASB”), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira e são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 27 de estimativa de valor justo.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados, vide nota explicativa 21 (a) e 21 (c), respectivamente;
- (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, vide nota explicativa 21 (b);
- (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa 9;
- (iv) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor, vide notas explicativas 11 e 12;
- (v) a análise do risco de crédito para determinação das perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa 6;
- (vi) a definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa 27;
- (vii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa 18;
- (viii) reconhecimento dos valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros, vide nota explicativa 10; e

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

- (ix) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões, vide nota explicativa 29.

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”) ou ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”) com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e
- a frequência, o volume e a época das vendas de ativos financeiros em exercícios anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a atividade de vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas para esse fim, consistentes com o reconhecimento contínuo dos ativos pela Companhia.

Ativos financeiros que são mantidos para negociação ou são gerenciados e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados pelo VJR.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os dividendos são reconhecidos como receita no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- mantidos até o vencimento;
- disponível para venda; e

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

- ao VJR, e nesta categoria como:

- mantidos para negociação;
- instrumentos derivativos de *hedge*; ou
- designado ao VJR.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Ativos financeiros disponíveis para venda	Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

(iv) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”)

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

Política aplicável após 1º de janeiro de 2018

No início de relacionamentos de *hedge* designados, a Companhia documenta o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do *hedge*. A Companhia também documenta a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida e acumulada em ORA, e são limitadas à mudança cumulativa no valor justo do item protegido por *hedge*, determinado com base no valor presente, desde a designação do *hedge*.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilidade de *hedge* ou se o instrumento de *hedge* for vendido, rescindido, exercido ou expirar, a contabilidade de *hedge* será descontinuada prospectivamente.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A política aplicada nas informações comparativas apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é semelhante à aplicada em 2018. No entanto, para todos os *hedges* de fluxo de caixa, os valores acumulados em ORA foram reclassificados para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o fluxo de caixa futuro esperado protegido por *hedge* afetou o resultado.

b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

c) Contrato de concessão de serviços públicos

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Celpe, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Clientes, que fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- (i) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (ii) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão.
- (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

e) Subvenções governamentais

São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “Outras Receitas”, em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como “Outras Receitas” em uma base sistemática durante os exercícios em que as despesas correlatas são registradas.

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

f) Valores a compensar/(repassar) da parcela A

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

g) *Impairment* de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

h) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

As premissas econômicas e financeiras para efeitos dessa avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da Companhia.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, prevê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

k) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa e o efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na Nota 2.6. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 26.

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

O faturamento, e respectivo reconhecimento da receita, dos serviços de distribuição de energia elétrica são efetuados de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na Nota 2.6.

m) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

n) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

o) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

p) Informação por segmento

A Companhia possui apenas um segmento, o de distribuição de energia, portanto a Companhia não apresenta informações segmentadas em nota específica.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

I – Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*)

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

Esta norma requer que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável.

A Companhia é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecido aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. As informações sobre os indicadores de performance e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47 / IFRS 15 é como segue apresentado abaixo:

Tipo de produto / serviço	Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos	Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento de receita sob o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)
Receitas de uso da rede de distribuição (TUSD)	Indicadores de continuidade de serviços individuais. Descumpridos os indicadores, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de penalidades que são descontadas na fatura de consumo de energia.	A receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Portanto, as penalidades devem ser contabilizadas como redutoras da TUSD.	A receita deve ser reconhecida a valor justo, deduzida de quaisquer descontos comerciais e/ou bonificações. Portanto, as penalidades eram contabilizadas como despesa operacional.

A Companhia adotou a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado.

A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas.

Os impactos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 na Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados:

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	Ref	Saldo reportado em 2018	Ajustes CPC 47/IFRS 15	Saldos sem adoção do CPC 47/IFRS 15
Receita líquida	(a)/(b)	5.616.046	31.385	5.647.431
Custo do serviço	(b)	(4.749.692)	(18.333)	(4.768.025)
Despesa com vendas	(a)	(184.091)	(13.052)	(197.143)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas		(231.366)	-	(231.366)
Resultado financeiro		(286.562)	-	(286.562)
Imposto de renda e contribuição social		(52.431)	-	(52.431)
Lucro líquido do exercício		111.904	-	111.904

(a) Valor total da receita não reconhecida de contratos com clientes que apresentem longo histórico de inadimplência.

(b) Valor total de penalidades contabilizado como redução da TUSD.

II – Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9 – *Financial Instruments*)

A Companhia adotou o CPC 48 / IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9 foram reconhecidas como lucros acumulados.

- Classificação e Mensuração – Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), e (iii) mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 / IAS 39.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	VJR	VJR	36.790
Fundos de investimentos	VJR	VJR	303.546
Títulos e valores mobiliários:			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	VJR	Custo amortizado	58
Contas a receber de clientes e outros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.164.047
Concessão do serviço público - indenização	Disponível para venda	VJR	1.364.297
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	175.667
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	99.281
Total de ativos financeiros			3.143.686
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	876.299
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	1.334.902
Empréstimos e financiamentos	VJR	VJR	959.235
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	837.230
Debêntures	VJR	VJR	97.575
Swap de taxa de juros	VJR	VJR	6.462
Total de passivos financeiros			4.111.703

- Contabilidade de *hedge* (*Hedge Accounting*)

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9, e optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

Os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 asseguram um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge*, em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

A Companhia já utilizava a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da Companhia (Real), em contratos de derivativos para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos.

A adoção desta norma não gerou nenhum impacto para a Companhia.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada, baseada nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

As perdas esperadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas dos últimos 24 meses, para todas as classes de consumo e todas as faixas do “*aging list*”. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

- (i) Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 em 01/01/2018 – Diferenças reconhecidas em lucros acumulados

<u>Em R\$ mil</u>	<u>Impairment adicional</u>
Contas a receber de clientes e outros	(24.405)
Impostos diferidos	8.298
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	(16.107)

III – Outras alterações:

As seguintes normas e interpretações alteradas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao IFRS 4 (*Insurance Contracts*) para adequação à aplicação da IFRS 9 (*Financial Instruments*).
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

2.7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 16 *Leases* / CPC 06 *Operações de Arrendamento Mercantil*

O CPC 06 passou pela segunda revisão, na qual foram efetuadas as modificações trazidas pela IFRS 16, que substituiu o IAS 17.

A norma é efetiva para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS's e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 *Receita de Contratos com Clientes* em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia apurou o impacto em suas demonstrações financeiras, tendo considerado no impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial as condições econômicas em 1º de janeiro de 2019, incluindo a taxa de endividamento da Companhia, a composição da carteira de arrendamento e a intenção da Companhia em exercer quaisquer opções de renovação de arrendamento. A Companhia optou por usar o expediente prático de transição previsto pela IFRS 16, o que representará a aplicação retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais dos ajustes promovidos pela referida norma, que representa a não rerepresentação dos saldos nas futuras demonstrações financeiras a publicar, evidenciando em nota explicativa os impactos da adoção sobre os saldos na data-base 1º de janeiro de 2019. Em conformidade com a IFRS 16, a Companhia optou também por adotar isenções de reconhecimento para arrendamentos de curto prazo sem opção de compra e renovações previstas, assim como para itens de baixo valor.

Os impactos mais significativos identificados pela adoção da IFRS 16 nos ativos e passivos da Companhia foram pelos seguintes arrendamentos operacionais:

(a) Imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição.

Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*), cujos limites máximos de alavancagem em empréstimos se encontram descritos na nota explicativa 14.

A Companhia apurou os valores para a aplicação dos requerimentos IFRS 16/CPC 06 em 1º de janeiro de 2019, resultando nos impactos como segue:

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Em R\$ mil	Saldos em 1 de janeiro de 2019	
	Ativo	Passivo
Obrigações por arrendamentos mercantis operacionais	16.968	16.968

(ii) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa nova norma.

(iii) Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações a diversos pronunciamentos contábeis.	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações em função da edição do CPC 06 (R2); • Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; • Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano; • Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa; • Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017; • Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS. 	1º de janeiro de 2019
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária (IAS 29 - <i>Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>) e ICPC 23 – Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária prevista no CPC (IFRIC 7 - <i>Applying the Restatement Approach under IAS 29 Financial Reporting in Hyperinflationary Economies</i>)	O Comitê de Pronunciamentos Contábeis deliberou oferecer à audiência pública o pronunciamento sobre economia hiperinflacionária e a correspondente interpretação técnica considerando que, apesar da sua inaplicabilidade na situação brasileira atual (tendo em vista que os níveis inflacionários no Brasil estão abaixo dos limites convencionados internacionalmente como hiperinflação), esses normativos contábeis são requeridos nas situações de investidas em países com hiperinflação para que as demonstrações contábeis elaboradas pelas empresas brasileiras estejam completamente convergentes às normas internacionais de contabilidade.	Sem previsão informada pelo CPC
CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria (IAS 26 – <i>Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans</i>)	Este pronunciamento técnico estabelece os princípios aplicados nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria. Os planos de benefícios de aposentadoria algumas vezes são referidos por vários outros nomes, tais como “planos de benefício previdenciário”, “planos de pensão”, “planos de aposentadoria” ou “planos de benefício de aposentadoria”. Este pronunciamento considera um plano de benefícios de aposentadoria como a entidade que reporta separada dos empregadores/instituidores dos participantes no plano. Todos os outros pronunciamentos emitidos pelo CPC se aplicam às demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria na medida em que não forem substituídos por este pronunciamento.	1º de janeiro de 2019

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Pronunciamento Técnico / Interpretação	Propósito das Alterações	Vigência a partir de
IFRS 9 – <i>Financial Instruments</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa.	1º de janeiro de 2019
IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre participações de longo prazo em coligadas e <i>joint ventures</i> .	1º de janeiro de 2019
IAS 19 – <i>Employee Benefits</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre alteração do Plano, contingenciamentos/reduções ou liquidação.	1º de janeiro de 2019
<i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i>	Aditivos para correção de referências do <i>Conceptual Framework in IFRS Standards</i> .	1º de janeiro de 2020
IFRS 17 - <i>Insurance Contracts</i>	Alterações ao pronunciamento técnico para aprimoramento de dispositivos sobre aspectos diversos de contabilização e divulgação de empresas seguradoras.	1º de janeiro de 2021
IFRS 10 – <i>Consolidated Financial Statements</i> e IAS 28 – <i>Investments in Associates and Joint Ventures</i>	Alterações aos pronunciamentos técnicos para inclusão de dispositivos sobre venda ou contribuição com ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Disponível para adoção opcional. Data efetiva para adoção adiada indefinidamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. RECLASSIFICAÇÕES DE SALDOS COMPARATIVOS

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros”, procedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, no seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do valor adicionado e demonstração do fluxo de caixa, autorizado pela Administração em 16 de fevereiro de 2018.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido, do lucro líquido do exercício e da demonstração do resultado abrangente.

Em consonância com o “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Retificação de Erros”, os ajustes efetuados foram classificados nas seguintes categorias:

- Mudança nas políticas contábeis;
- Mudança nas estimativas contábeis; e
- Retificação de erro.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3.1 Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017.

<u>Balanço Patrimonial</u>	<u>Ref.</u>	<u>2017</u> (Apresentado)	<u>Reclassificações</u>	<u>2017</u> (Reclassificado)
Ativo Circulante		1.815.494	-	1.815.494
Ativo não Circulante				
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(a)	8.376	(8.226)	150
Outros ativos circulantes	(a)	2.147	8.226	10.373
Demais ativos circulantes não impactados		4.849.983	-	4.849.983
Total do Ativo não Circulante		4.860.506	-	4.860.506
Total do Ativo		6.676.000	-	6.676.000
Total do Passivo e Patrimônio líquido		6.676.000	-	6.676.000

- a) Reclassificação dos saldos a receber das fundações que estava contabilizado na rubrica de benefício pós-emprego para outros ativos não circulantes, no montante de R\$ 8.226. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

3.2 Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2017.

	<u>Ref.</u>	<u>2017</u> (Apresentado)	<u>Reclassificações</u>	<u>2017</u> (Reclassificado)
Receita líquida	(a)/(b)	5.318.409	(15.881)	5.302.528
Custo dos serviços	(b)/(c)	(4.607.557)	17.118	(4.590.439)
Despesas com vendas		(208.825)	-	(208.825)
Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas	(a)/(c)	(155.343)	(1.237)	(156.580)
Resultado financeiro		(287.341)	-	(287.341)
Imposto de renda e contribuição social		(2.948)	-	(2.948)
Lucro líquido do exercício		56.395	-	56.395

- a) Reclassificação ICMS sobre material de deduções da receita para material (Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas), no montante R\$ 1.233. Esse ajuste é classificado como retificação de erro;
- b) Reclassificação PROINFA, segregação entre mercado cativo e livre, de custos com energia elétrica (Custos dos serviços) para deduções da receita, no montante de R\$ 17.114. Esse ajuste é classificado como retificação de erro;
- c) Reclassificação Outras Despesas Operacionais – Perda de Custos de Serviços para Outras receitas/(despesas) gerais administrativas, no montante R\$ 4. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

3.3 Demonstração do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2017.

<u>Demonstração do fluxo de caixa</u>	<u>Ref.</u>	<u>2017</u> (Apresentado)	<u>Reclassificações</u>	<u>2017</u> (Reclassificado)
Lucro do exercício antes dos impostos	(a)	59.343	(59.343)	-
Lucro líquido do exercício	(a)	-	56.395	56.395
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais	(a)/(b)	377.604	4.289	381.893
Redução (aumento) dos ativos operacionais	(b)	(345.830)	(1.341)	(347.171)
Aumento (redução) dos passivos operacionais	(c)	(178.161)	43.266	(134.895)
Caixa oriundo das atividades operacionais		(87.044)	43.266	(43.778)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(524.575)	-	(524.575)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(c)	928.297	(43.266)	885.031
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		316.678	-	316.678

- a) Reclassificação dos saldos do Lucro do exercício antes dos impostos para Lucro líquido do exercício, gerando impacto nos grupos de ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais e aumento (redução) dos passivos operacionais. Esse ajuste é classificado como mudança na política contábil;
- b) Reclassificação dos Juros Selic de Impostos e contribuições a recuperar (Fluxo de caixa das atividades operacionais) para Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais (Ajuste ao lucro), no montante de R\$ 1.341. Esse ajuste é classificado como retificação de erro;
- c) Reclassificação do pagamento de custo de captação, da amortização do principal de empréstimos e financiamentos e debêntures (Fluxo de caixa das atividades de financiamento) para encargos de dívidas e derivativos pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos (Fluxo de caixa das atividades operacionais), no montante de R\$ 43.266. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

3.4 Demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2017.

<u>Demonstração do valor adicionado</u>	<u>Ref.</u>	<u>2017</u> (Apresentado)	<u>Reclassificações</u>	<u>2017</u> (Reclassificado)
Valor adicionado líquido	(a)/(b)	2.920.676	15.881	2.936.557
Valor adicionado recebido em transferência		370.736	-	370.736
Valor adicionado total a distribuir		3.291.412	15.881	3.307.293
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal		265.657	-	265.657
Impostos, Taxas e Contribuições	(a)/(b)	2.313.613	15.881	2.329.494
Remuneração de Capitais de Terceiros		655.747	-	655.747
Remuneração de Capitais Próprios		56.395	-	56.395
Valor adicionado distribuído		3.291.412	15.881	3.307.293

- a) Reclassificação ICMS sobre material de deduções da receita para material (Outras receitas\despesas) gerais e administrativas), no montante R\$ 1.233. Esse ajuste é classificado como retificação de erro;
- b) Reclassificação PROINFA, segregação entre mercado cativo e livre, de custos com energia elétrica (Custos dos serviços) para deduções da receita, no montante de R\$ 17.114. Esse ajuste é classificado como retificação de erro.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

4. ASSUNTOS REGULATÓRIOS

(i) Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor, os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Em 13 de agosto de 2018, a Resolução Normativa ANEEL nº 826, alterou as regras de repasse, conforme proposta de abertura da 2ª fase da Audiência Pública nº 61/2017, onde foi sugerido que os valores mensais dos repasses financeiros da Conta Bandeiras fossem apurados após a alocação prioritária das receitas na área de concessão que as gerou. Desse modo, as empresas devedoras passaram a aportar na CCRBT apenas as receitas excedentes. Já as empresas credoras da CCRBT passaram a receber, a título de repasse, uma parcela desse excedente, proporcional ao seu custo não coberto por seus próprios recursos. Esta alteração aloca, de forma mais eficiente, os recursos provenientes das Bandeiras Tarifárias, mitigando o subsídio cruzado entre as distribuidoras e priorizando a alocação dos recursos nas áreas de concessão de origem.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$ 30/MWh, vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 50/MWh, amarela, com acréscimo de R\$ 10/MWh e verde, sem acréscimo.

Nos doze meses de 2018 e 2017, vigorou as bandeiras tarifárias seguintes:

	Cor da Bandeira	
	2018	2017
jan	Verde	Verde
fev	Verde	Verde
mar	Verde	Amarela
abr	Verde	Vermelha Patamar 1
mai	Amarela	Vermelha Patamar 1
jun	Vermelha Patamar 2	Verde
jul	Vermelha Patamar 2	Amarela
ago	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
set	Vermelha Patamar 2	Amarela
out	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 2
nov	Amarela	Vermelha Patamar 2
dez	Verde	Vermelha Patamar 1

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 237.782 (R\$ 216.494 em 31 de dezembro de 2017) de bandeira tarifária, sendo que deste montante R\$ 182 (R\$ 88.831 repassados em 31 de dezembro de 2017) foram recebidos através da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT, criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

(ii) Decreto nº 9.642/2018 – Eliminação gradual de subsídios

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, alterou o artigo 1º do Decreto nº 7.891/2013, que trata da aplicação de descontos tarifários, de modo a vedar a cumulatividade de descontos sobre as tarifas de distribuição de energia elétrica, de maneira a prevalecer o que confira maior benefício ao consumidor (essa situação apenas se aplicava aos consumidores atendidos em baixa tensão como rural, com atividade de irrigação ou aquicultura realizada em horário especial da madrugada). O decreto também determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

(iii) Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar a sobrecontratação.

(iv) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para neutralizar esses efeitos.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária do exercício de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 22.090 por mês, estabelecendo o repasse à CCEE no período abril de 2015 até março de 2021. Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que atualiza para a Companhia o valor de incremento na tarifa para R\$ 16.963 por mês, com vigência de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 22.090 com vigência de abril de 2018 a março de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 249.699 (R\$ 218.940 em 31 de dezembro de 2017).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

(v) Reajuste Tarifário Anual – IRT 2018

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.388 de 24 de abril de 2018, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com período de vigência de 29 de abril de 2018 a 28 de abril de 2019. Considerando como referência os valores praticados na data do reajuste, o efeito tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 8,89%.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Ref.	2018	2017
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa e Depósitos bancários à vista	42.821	36.790
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	90.669	-
Fundos de investimentos	(a) 524.299	303.546
Total de caixa e equivalentes de caixa	657.789	340.336

Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

(a) Fundos de investimentos de caixa e equivalentes de caixa:

Carteira (caixa e equivalentes de caixa)	2018	2017
BB TOP Curto Prazo		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	128.378	291.490
Títulos públicos	5.349	9.015
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	127	198
BB Polo 28 FI Renda Fixa	133.854	300.703
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife	193.576	1.898
	193.576	1.898
Itaú Curto Prazo		
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	21.914	115
Títulos públicos	54.107	-
Itaú Salvador Renda Fixa Curto Prazo FI	76.021	115
Santander Natal Renda Fixa Curto Prazo DE FI	120.848	830
	120.848	830
Total – fundos exclusivos	524.299	303.546

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	2018	2017
Consumidores	(a)	1.452.584	1.418.035
Títulos a receber		9.620	9.048
Comercialização de energia na CCEE	(b)	42.934	46.550
Disponibilização do sistema de distribuição		54.823	65.545
Terceiros		54.823	65.405
Partes relacionadas		-	140
Serviços taxados e administrativos		14.742	17.590
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	55.442	55.515
Outros créditos de terceiros		69.699	56.753
(-)Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(d)	(449.137)	(504.989)
Total		1.250.707	1.164.047
Circulante		1.160.765	1.057.265
Não circulante		89.942	106.782

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PPECLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2018	2017	2018	2017
Setor privado							
Residencial	141.917	155.383	264.020	561.320	598.309	(249.507)	(317.594)
Industrial	56.840	13.069	46.240	116.149	119.288	(50.273)	(53.616)
Comercial	128.714	43.361	58.158	230.233	228.608	(46.625)	(48.582)
Rural	18.474	20.503	56.897	95.874	94.009	(51.207)	(42.200)
	345.945	232.316	425.315	1.003.576	1.040.214	(397.612)	(461.992)
Setor público							
Federal	8.185	1.158	860	10.203	9.696	(639)	(502)
Estadual	12.280	21.945	7.451	41.676	16.961	(1.263)	(304)
Municipal	49.019	12.267	24.764	86.050	79.170	(10.925)	(13.304)
	69.484	35.370	33.075	137.929	105.827	(12.827)	(14.110)
Iluminação pública	20.388	19.605	44.178	84.171	54.651	(9.248)	(3.310)
Serviço público	38.093	2.580	16.449	57.122	49.988	(10.538)	(10.079)
Fornecimento não faturado	169.786	-	-	169.786	167.355	(2.076)	-
Total	643.696	289.871	519.017	1.452.584	1.418.035	(432.301)	(489.491)
Circulante				1.407.051	1.378.286	(432.301)	(489.491)
Não circulante				45.533	39.749	-	-

As contas a receber de consumidores no ativo não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados *pró-rata temporis*.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Do total a receber junto a CCEE, o montante de R\$ 26.263 (R\$ 26.263 em 2017), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Em 31 de dezembro de 2017, a Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos e em recentes negociações para liquidação do saldo devedor, reavaliou sua estimativa quanto ao risco de não recebimento do crédito em atraso e reverteu a provisão para créditos de liquidação duvidosa anteriormente constituída.

(c) Subvenções

(c.1) Baixa renda – tarifa social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212/10 e 10.438/02, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é R\$ 34.103 e refere-se aos meses de outubro e novembro de 2018 (R\$ 39.140 em 31 de dezembro de 2017).

(c.2) CDE:

Em 24 de abril de 2018, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.388/2018, aprovando o valor mensal de R\$ 14.624, a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2018 a março de 2019.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 21.339 (R\$ 16.375 em 31 de dezembro de 2017), e corresponde às quotas dos meses de outubro e novembro.

(d) Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa – PPECLD

	<u>Consumidores</u>	<u>Comercialização de energia na CCEE</u>	<u>Outros créditos</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2017	(525.989)	(22.122)	(18.606)	(566.717)
Adições	(194.017)	-	-	(194.017)
Reversões	59.423	22.122	3.108	84.653
Baixa para perdas (incobráveis)	171.092	-	-	171.092
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(489.491)	-	(15.498)	(504.989)
Adoção inicial CPC 48 (i)	(19.173)	-	(5.232)	(24.405)
Adições	(254.578)	-	(894)	(255.472)
Reversões	142.179	-	4.788	146.967
Baixa para perdas (incobráveis)	188.762	-	-	188.762
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(432.301)	-	(16.836)	(449.137)

(i) A Companhia aplicou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 2.6.

Em 2018 a PPECLD foi constituída considerando como premissa o agrupamento de clientes com características similares de risco de crédito, baseada no histórico de comportamento de pagamento dentro de cada faixa de atraso do débito e classe de consumo.

No critério geral é aplicada uma matriz de risco de inadimplência com percentuais que refletem a experiência de perda de crédito histórica, idade de vencimento das faturas, inclusive faturas a vencer, segregados por parâmetros de: (i) classe de consumo, (ii) créditos parcelados, e (iii) não faturados e os saldos vencidos há mais de 12 meses, foi considerada a expectativa de perda integral.

Além do critério geral, é realizada uma análise individualizada devido ao comportamento específico de determinados clientes em função do risco de crédito de clientes que estão em trâmite judicial e clientes com faturamentos relevantes.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Ref.</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações Financeiras				
Votorantim BJ		CDB	29	28
Santander		CDB	30	30
			<u>59</u>	<u>58</u>
Aplicações Financeiras Vinculadas (a)				
Santander FIC FI Natal Renda Fixa Referenciado DI		Fundo	4.728	-
Banco Bradesco		CDB	30	-
			<u>4.758</u>	<u>-</u>
Total			<u>4.817</u>	<u>58</u>
Circulante			4.787	58
Não circulante			30	-

a) Referem-se, basicamente, a contas reservas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamentos, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2018, as garantias estavam 100% constituídas.

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de Renda – IR	(a)	22.305	11.994
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	(a)	23.603	6.175
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	(b)	106.994	159.850
Programa de Integração Social – PIS	(c)	2.329	6.376
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	(c)	16.877	32.070
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS		2.878	1.858
Imposto sobre Serviços – ISS		151	151
Outros		6.849	-
Total		<u>181.986</u>	<u>218.474</u>
Circulante		139.969	146.818
Não circulante		42.017	71.656

a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos períodos corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.

b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 74.617 (R\$ 73.434 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional; diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 9.214 (R\$ 9.576 em 31 de dezembro de 2017); e crédito na compra de energia da Termope acumulados de abril a dezembro de 2018, no montante de R\$ 23.163 (R\$ 76.840 em 31 de dezembro de 2017).

c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social diferido	(a)	112.538	148.370
Diferido ativo		291.316	276.510
Diferido passivo		(178.778)	(128.140)
Benefício fiscal da mais-valia e reversão da Provisão da Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	(b)	100.286	113.914
Total		212.824	262.284

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou o diferido sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 25% e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo (passivo) líquido			
	2018		2017	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	189.909	47.477	194.964	48.741
Diferenças temporárias	141.085	35.271	241.417	60.354
	330.994	82.748	436.381	109.095
Contribuição social				
Base negativa	189.909	17.092	194.964	17.547
Diferenças temporárias	141.085	12.698	241.417	21.728
	330.994	29.790	436.381	39.275
Total		112.538		148.370

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Ativo	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	116.025	116.025	91.628	91.628
Provisão contingências	143.033	143.033	139.523	139.523
Provisão PLR	15.640	15.640	14.163	14.163
Prejuízos fiscais	189.909	189.909	194.964	194.964
Receita de ultrapassagem	85.132	85.132	88.592	88.592
Energia livre	21.224	21.224	15.172	15.172
Ajuste da quota anual de amortização	23.265	23.265	13.014	13.014
Valor justo de derivativos financeiros	11.643	11.643	553	553
Déficit plano previdenciário	181.061	181.061	221.706	221.706
Outros	16.589	16.589	33.949	33.949
Total ativo	803.521	803.521	813.264	813.264
Passivo (-)				
Valor justo do ativo indenizável	(274.331)	(274.331)	(218.395)	(218.395)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(171.426)	(171.426)	(147.444)	(147.444)
Custo de captação	(26.770)	(26.770)	(11.044)	(11.044)
Total passivo	(472.527)	(472.527)	(376.883)	(376.883)
Total líquido	330.994	330.994	436.381	436.381

Os estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração em 19 de dezembro de 2018 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 03 de dezembro de 2018, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

A expectativa de realização dos tributos diferidos está demonstrada a seguir:

2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
52	34.644	34.221	15.968	15.834	11.819	112.538

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	164.335	164.335	59.343	59.343
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	41.084	14.790	14.836	5.341
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo:				
Diferenças permanentes	(2.395)	(853)	(12.670)	(4.559)
Incentivos fiscais	(315)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no período	38.374	13.937	2.166	782
Outros	88	32	-	-
	38.462	13.969	2.166	782
Corrente	-	122	(5)	-
Recolhidos e Pagos	611	4.137	-	-
A pagar	-	-	(5)	-
Compensados e deduzidos	2	200	-	-
Impostos antecipados a recuperar	(613)	(4.215)	-	-
Diferido	38.462	13.847	2.171	782
Imposto de renda e contribuição do exercício	38.462	13.969	2.166	782
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	23,40%	8,50%	3,65%	1,32%
	2018	2017		
Corrente	(122)	5		
Diferido	(38.681)	11.264		
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(13.628)	(14.217)		
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(52.431)	(2.948)		

(b) Benefício fiscal – mais-valia incorporado

O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL).

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais-valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Ágio - incorporado	1.494.454
Provisão constituída	(986.340)
Benefício fiscal	508.114
Amortização acumulada	(1.159.411)
Reversão acumulada	765.211
Saldos em 31 de dezembro de 2017	113.914
Amortização	(40.081)
Reversão	26.453
Saldos em 31 de dezembro de 2018	100.286

A amortização da mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2019	0,02573	2022	0,02140	2025	0,01773	2028	0,01476
2020	0,02335	2023	0,02045	2026	0,01690		
2021	0,02238	2024	0,01860	2027	0,01609		

10. VALORES A COMPENSAR/(REPASSAR) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

A composição dos ativos e passivos setoriais encontra-se demonstradas a seguir:

	Ref.	2018						Total líquido
		Circulante			Não circulante			
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/(passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/(passivo)	
CVA								
Energia	(a)	471.246	-	471.246	93.747	-	93.747	564.993
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(b)	-	(155.833)	(155.833)	-	(28.772)	(28.772)	(184.605)
TUST		28.941	-	28.941	3.865	-	3.865	32.806
Neutralidade dos encargos setoriais		8.200	(6.999)	1.201	-	(2.333)	(2.333)	(1.132)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		6.423	(19.252)	(12.829)	2.141	-	2.141	(10.688)
Outras CVA's		564	-	564	-	-	-	564
Outros itens financeiros								
Recomposição Energia Termope		49.288	-	49.288	10.808	-	10.808	60.096
Repasse de Sobrecontratação	(c)	-	(92.408)	(92.408)	-	(21.825)	(21.825)	(114.233)
Risco Hidrológico	(d)	-	(91.066)	(91.066)	-	(14.872)	(14.872)	(105.938)
Ultrapassagem de Demanda/Excedente Reativo		-	-	-	-	(75.034)	(75.034)	(75.034)
Ressarcimento P&D		-	(12.077)	(12.077)	-	-	-	(12.077)
Efeito das recontabilizações		2.985	-	2.985	-	-	-	2.985
Outros itens financeiros		3.441	-	3.441	694	-	694	4.135
		571.088	(377.635)	193.453	111.255	(142.836)	(31.581)	161.872

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

		2017						
		Circulante			Não circulante			Total líquido
Ref.	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (passivo)		
CVA								
Energia	(a)	417.865	(42.776)	375.089	139.288	-	139.288	514.377
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(b)	-	(147.329)	(147.329)	-	(43.924)	(43.924)	(191.253)
TUST		27.836	-	27.836	8.401	-	8.401	36.237
Neutralidade dos encargos setoriais		16.903	(351)	16.552	5.022	-	5.022	21.574
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		-	(39.667)	(39.667)	-	(12.613)	(12.613)	(52.280)
Outras CVA's		-	(1.825)	(1.825)	-	-	-	(1.825)
Outros itens financeiros								
Recomposição Energia Termope		38.762	-	38.762	12.921	-	12.921	51.683
Repasse de Sobrecontratação	(c)	-	(58.701)	(58.701)	-	(19.303)	(19.303)	(78.004)
Risco Hidrológico	(d)	-	(92.112)	(92.112)	-	-	-	(92.112)
Ultrapassagem de Demanda/Excedente Reativo		-	-	-	-	(35.341)	(35.341)	(35.341)
Outros itens financeiros		2.339	(388)	1.951	660	-	660	2.611
		503.705	(383.149)	120.556	166.292	(111.181)	55.111	175.667

A movimentação dos saldos de ativos e passivos está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldos iniciais	175.667	(78.291)
Constituição Ativa (Passiva)	88.413	249.607
Reversão (Amortização)	(119.055)	16.351
Remuneração financeira setorial	16.847	(12.000)
Saldos finais Ativo (Passivo)	161.872	175.667

(a) Energia

A Companhia apurou a CVA de Energia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 564.993 (R\$ 514.337 de 31 de dezembro de 2017), decorrente dos custos incorridos acima da cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(b) Encargo de Serviço do Sistema – ESS

A Companhia apurou a CVA de ESS/EER, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 184.605 (R\$ 191.253 de 31 de dezembro de 2017), decorrente dos custos incorridos abaixo da cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

(c) Repasse de Sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu um ajuste financeiro passivo atualizado de sobrecontratação no valor total de R\$ 114.233 (R\$ 78.004 de 31 de dezembro de 2017), de forma a anular o efeito sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente ou com a compra da exposição de energia no mercado de curto prazo, e da amortização dos saldos homologados nos processos tarifários.

(d) Risco Hidrológico

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém um componente financeiro de Risco Hidrológico passivo total atualizado de R\$ 105.938 (R\$ 92.112 de 31 de dezembro de 2017), decorrente da constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 796/2017, em resultado à Audiência Pública 004/2017, e da amortização do saldo homologado pela ANEEL no processo tarifário em 2018.

11. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos do 4º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos iniciais		1.364.297	1.081.698
Baixas		(1.670)	(1.986)
Transferências do ativo intangível	(a)	323.644	227.430
Atualização valor reposição estimado da concessão		55.940	57.155
Saldos finais		<u>1.742.211</u>	<u>1.364.297</u>

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

O valor reconhecido do ativo financeiro, as alterações no valor justo e taxas efetivas de juros, são revisados mensalmente, com base na variação do IPCA, e na revisão tarifária, que ocorre a cada quatro anos na Companhia.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão da outorgada têm prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogada a exclusivo critério do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses previstas, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2018			2017	
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	4,04	4.872.213	(2.345.651)	(199.747)	2.326.815	2.207.316
Em curso						
Direito de uso da concessão		741.372	-	(27.063)	714.309	630.226
Total		5.613.585	(2.345.651)	(226.810)	3.041.124	2.837.542

De acordo com o Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

Em 31 de dezembro 2018, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 38.055 (R\$ 50.988 em 31 de dezembro de 2017) cuja taxa média mensal de capitalização utilizada foi de 0,69%.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

A movimentação do saldo do direito de uso da concessão está demonstrada a seguir:

Ref.	Em serviço				Em curso			
	Amortização		Obrigações	Valor	Obrigações		Valor	Total
	Custo	acumulada	especiais	líquido	Custo	especiais	líquido	
Saldo em 01 de janeiro de 2017	4.222.038	(1.948.512)	(169.705)	2.103.821	543.789	(119.948)	423.841	2.527.662
Adições	-	-	-	-	767.144	(8.202)	758.942	758.942
Baixas	(52.371)	43.183	-	(9.188)	(14.525)	-	(14.525)	(23.713)
Amortizações	-	(225.931)	16.126	(209.805)	-	-	-	(209.805)
Transferências	378.550	-	(54.202)	324.348	(378.550)	54.202	(324.348)	-
Transferências para Ativos financeiros (a)	(1.860)	-	-	(1.860)	(277.342)	51.772	(225.570)	(227.430)
Transferências – Outros (b)	-	-	-	-	19.161	(7.275)	11.886	11.886
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.546.357	(2.131.260)	(207.781)	2.207.316	659.677	(29.451)	630.226	2.837.542
Adições	-	-	-	-	784.744	(13.389)	771.355	771.355
Baixas	(45.093)	36.244	-	(8.849)	(15.361)	-	(15.361)	(24.210)
Amortizações	-	(250.635)	14.951	(235.684)	-	-	-	(235.684)
Transferências	373.119	-	(6.917)	366.202	(373.119)	6.917	(366.202)	-
Transferências para Ativos financeiros (a)	(2.170)	-	-	(2.170)	(330.334)	8.860	(321.474)	(323.644)
Transferências – Outros (b)	-	-	-	-	15.765	-	15.765	15.765
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.872.213	(2.345.651)	(199.747)	2.326.815	741.372	(27.063)	714.309	3.041.124

(a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

(b) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

As adições de obrigação especial decorrem da celebração de contratos de confissão de dívida e reconhecimento de débito com a Eletrobrás, a título de restituição dos valores apurados pelo processo de encerramento dos contratos de financiamento e concessão de subvenção do programa luz para todos, com recursos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e devolução dos recursos relacionados à Reserva Global de Reversão (RGR).

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

13. FORNECEDORES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Energia elétrica	338.353	657.058
Terceiros	175.877	469.284
Partes relacionadas	162.476	187.774
Encargos de uso da rede	62.284	58.105
Terceiros	61.434	57.402
Partes relacionadas	850	703
Materiais e serviços	188.338	116.880
Energia livre	47.254	44.256
Total	<u>636.229</u>	<u>876.299</u>
Circulante	588.975	832.043
Não circulante	47.254	44.256

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	2018			2017
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total (*)
Empréstimos e financiamentos				
Moeda nacional				
BANCO DO BRASIL	290.963	-	290.963	291.075
BNDES	644.738	-	644.738	645.434
CEF	17.794	-	17.794	20.405
FINEP	3	-	3	6.367
IBM	29.241	-	29.241	42.450
Nota promissória	363.231	-	363.231	336.713
(-) Custos de transação	(4.613)	-	(4.613)	(7.542)
(-) Depósitos em garantia	(15.799)	-	(15.799)	-
Total moeda nacional	1.325.558	-	1.325.558	1.334.902
Moeda nacional - Circulante	326.483	-	326.483	185.918
Moeda nacional - Não circulante	999.075	-	999.075	1.148.984
Moeda estrangeira				
BANK OF AMERICA	634.716	(55.842)	578.874	77.957
BNP PARIBAS	100.085	(23.870)	76.215	77.959
HSBC	-	-	-	142.147
ITAÚ	413.304	(55.750)	357.554	196.022
KREDITANSTALT FÜR WIEDERAUFBAU – KFW	808	-	808	935
MIZUHO	79.241	-	79.241	68.044
CITIBANK	100.085	(24.272)	75.813	171.975
VOTORANTIM	-	(14.497)	(14.497)	(3.593)
SUMITOMO	99.846	(19.179)	80.667	79.460
ICBC	70.841	-	70.841	60.075
OPÇÕES	-	(728)	(728)	-
NON DERIVERABLE FORWARD - NDF	-	6	6	-
Total moeda estrangeira	1.498.926	(194.132)	1.304.794	870.981
Moeda estrangeira - Circulante	120.483	2.611	123.094	246.509
Moeda estrangeira - Não circulante	1.378.443	(196.743)	1.181.700	624.472
Total de empréstimos e financiamentos	2.824.484	(194.132)	2.630.352	2.205.883
Empréstimos e financiamentos - Circulante	446.966	2.611	449.577	432.427
Empréstimos e financiamentos - Não circulante	2.377.518	(196.743)	2.180.775	1.773.456
Debêntures				
5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissão	1.912.704	(11.319)	1.901.385	935.184
(-) Custos de transação	(22.486)	-	(22.486)	(4.944)
Total de debêntures	1.890.218	(11.319)	1.878.899	930.240
Debêntures - Circulante	201.589	218	201.807	189.830
Debêntures - Não circulante	1.688.629	(11.537)	1.677.092	740.410
Endividamento total	4.714.702	(205.451)	4.509.251	3.136.123
Endividamento total - Circulante	648.555	2.829	651.384	622.257
Endividamento total - Não circulante	4.066.147	(208.280)	3.857.867	2.513.866

(*) Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

Em auxílio à demonstração do fluxo de caixa, segue abaixo a conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamento em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Fluxo de caixa					Alterações em não caixa (*)	2018
	2017	Captações	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Pagamento de custo de captação		
Empréstimos e financiamentos	2.205.883	800.481	(468.829)	(85.262)	(1.032)	179.111	2.630.352
Debêntures	930.240	1.100.000	(153.440)	(85.816)	(23.148)	111.063	1.878.899

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	Fluxo de caixa					Alterações em não caixa (*)	2017
	2016	Captações	Amortizações de principal	Pagamento de juros	Pagamento de custo de captação		
Empréstimos e financiamentos	1.846.481	1.105.340	(726.940)	(196.261)	(22.111)	199.374	2.205.883
Debêntures	376.106	593.838	(49.995)	(80.798)	-	91.089	930.240

(*) São considerados como alterações que não afetam o caixa a apropriação dos encargos financeiros, variação monetária e cambial, derivativos, marcação a mercado, movimentações de depósitos em garantia e baixa dos custos de transação, referentes a dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

(I) Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos e debêntures

Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de principal	Saldo em 2018
Banco do Brasil	Real	Capital de Giro / Investimentos	2,5000% a 9,5000% / TJLP + 1,9300% / 108,00% a 122,90% do CDI	2019 a 2030	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Clean	320.000	290.325
Bank of América	Dólar / Euro	Capital de Giro / NDFs	1,679% / LIBOR + 1,5000% a Libor + 1,9000%	2020 a 2022	Aval da Neoenergia / Nota promissória	578.907	583.507
BNDES	Real	Investimentos	3,0000% a 6,0000% / TJLP + 1,5900% a TJLP + 3,0600% / SELIC + 2,0900% a SELIC + 2,5300%	2019 a 2035	Aval da Neoenergia / Conta Reserva / Cessão Fiduciária / Fiança Bancária	1.118.977	626.895
BNP Paribas	Dólar	Capital de Giro	LIBOR + 1,9000%	2020	Aval da Neoenergia	78.907	80.838
Caixa Econômica Federal	Real	Programa Nacional de Universalização Luz para Todos	5,0000% a 6,0000%	2025 a 2026	Aval da Neoenergia / Recebíveis / Fiança Bancária	27.078	17.794
Citibank	Dólar	Capital de Giro / NDFs	LIBOR + 1,8000% a LIBOR + 1,9000%	2020 a 2021	Aval da Neoenergia	78.907	80.805
FINEP	Real	Pesquisa e Desenvolvimento	5,0000% / TJLP + 0,5000%	2019 a 2022	Aval da Neoenergia / Fiança Bancária	41.099	3
IBM	Real	Investimentos	CDI + 0,2600% a CDI + 0,3100%	2019 a 2020	Aval da Neoenergia	58.000	29.241
Itaú	Dólar	Capital de Giro / NDFs	3,6380% a 4,6495%	2019 a 2021	Aval da Neoenergia / Nota Promissória / Cessão Fiduciária de Swap	340.000	357.554
Mizuho	Dólar	Capital de Giro	LIBOR + 1,4000%	2020	Aval da Neoenergia	63.368	64.744
Sumitomo	Dólar	Capital de Giro	2,3150% a 2,7050%	2020	Aval da Neoenergia	78.907	80.667
Industrial and Commercial Bank of China	Dólar	Capital de Giro	LIBOR + 1,9000%	2020	Aval da Neoenergia	55.235	56.957
KfW Bankengruppe	Euro	Investimentos	2,0000%	2026	Aval Governo do Estado de Pernambuco / Fiança Bancária	1.042	413
Debenturistas	Real	Capital de Giro / Investimentos / Reestruturação da Dívida	109,00% a 124,40% do CDI / CDI + 0,9500% / IPCA + 4,6410% a IPCA + 8,7345%	2019 a 2029	Aval da Neoenergia / Clean	2.046.890	1.878.210
Notistas	Real	Capital de Giro	108,00% a 122,60% do CDI	2019 a 2022	Aval da Neoenergia	325.000	361.298
						5.212.317	4.509.251

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

14.1 Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	309.045	779.403	433.421	324.612	1.846.481
Ingressos	13.580	507.527	50.000	534.233	1.105.340
Encargos	77.154	9.646	25.044	-	111.844
Variação monetária e cambial	3.224	15.050	(4.437)	19.841	33.678
Derivativos	-	-	60.929	(20.026)	40.903
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(680)	(279)	(959)
Transferências	156.609	(156.609)	233.909	(233.909)	-
Amortizações de principal	(276.947)	-	(449.993)	-	(726.940)
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias e cambiais líquidas	(100.619)	(6.033)	(111.720)	-	(218.372)
(-) Custos de transação	3.872	-	10.036	-	13.908
Saldos em 31 de dezembro de 2017	185.918	1.148.984	246.509	624.472	2.205.883
Ingressos	26.426	124.055	-	650.000	800.481
Encargos	61.472	26.518	49.922	-	137.912
Variação monetária e cambial	2.804	10.704	35.790	163.675	212.973
Derivativos	-	-	(18.550)	(151.599)	(170.149)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	51	10.136	10.187
Transferências	310.461	(310.461)	114.984	(114.984)	-
Amortizações de principal	(183.286)	-	(285.543)	-	(468.829)
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias e cambiais líquidas	(65.500)	(725)	(20.069)	-	(86.294)
(-) Mov. depósitos em garantia	(15.799)	-	-	-	(15.799)
(-) Custos de transação	3.987	-	-	-	3.987
Saldos em 31 de dezembro de 2018	326.483	999.075	123.094	1.181.700	2.630.352

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor captado
Contratos de Dívida no Mercado Internacional			
Dólar			
4131	dez/20	PRÉ	150.000
4131	jan/21	LIBOR	150.000
Taxa Média		128,26%	
Euros			
4131	jul/22	PRÉ	350.000
Taxa Média		7,56%	
Contratos de Dívida no Mercado Nacional			
Financiamento	jun/24	TJLP	1.975
Financiamento	mar/24	TJLP	85.051
Financiamento	mar/24	SELIC	63.455
Taxa Média		9,08%	
Total		53,08%	800.481

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Além dos indexadores mencionados acima, as captações realizadas no exercício incorreram em *spreads* estabelecidos contratualmente nas negociações realizadas com os financiadores.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2018		
	Dívida	Custos transação	Total líquido
2020	651.824	(1.571)	650.253
2021	786.647	(941)	785.706
2022	641.571	(604)	640.967
2023	74.738	(76)	74.662
2024	16.999	(9)	16.990
Após 2024	2.270	1	2.271
Total obrigações	2.174.049	(3.200)	2.170.849
Marcação a mercado			9.926
Total			2.180.775

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A. com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

O contrato firmado junto ao BNDES, que é apurado anualmente, prevê que no caso de não cumprimento dos índices financeiros, observado em 31 de dezembro de 2017, a Companhia deve constituir garantias reais de 130% do saldo devedor, no prazo de 30 dias da notificação do banco. Em janeiro de 2018, a Companhia constituiu as garantias adicionais conforme previsto em contrato. Vale ressaltar que o descumprimento do índice financeiro não enseja o vencimento antecipado.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

14.2 DEBÊNTURES

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

	Passivo		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2017	69.751	306.355	376.106
Ingressos	-	593.838	593.838
Encargos	87.858	-	87.858
Variação monetária e cambial	25	1.360	1.385
Derivativos	1.587	(1.233)	354
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	82	82
Transferências	155.778	(155.778)	-
Amortizações de principal	(49.995)	-	(49.995)
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias e cambiais líquidas	(76.584)	(4.214)	(80.798)
(-) Custos de transação	1.410	-	1.410
Saldos em 31 de dezembro de 2017	189.830	740.410	930.240
Ingressos	-	1.100.000	1.100.000
Encargos	101.226	-	101.226
Variação monetária e cambial	84	6.866	6.950
Derivativos	239	(3.845)	(3.606)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	887	887
Transferências	147.864	(147.864)	-
Amortizações de principal	(153.440)	-	(153.440)
Pagamentos de juros, custos de captação e outras variações monetárias e cambiais líquidas	(89.602)	(19.362)	(108.964)
(-) Custos de transação	5.606	-	5.606
Saldos em 31 de dezembro de 2018	201.807	1.677.092	1.878.899

A seguir apresentamos as emissões de debêntures do exercício:

Emissão	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
8ª	fev/23	117,30% CDI	500.000
9ª	jul/25	IPCA + 6,0352% a.a.	600.000
Total			1.100.000

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2018		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2020	583.300	(4.134)	579.166
2021	166.667	(4.068)	162.599
2022	256.425	(3.700)	252.725
2023	234.189	(2.819)	231.370
2024	150.856	(1.717)	149.139
Após 2024	301.710	(587)	301.123
Total	1.693.147	(17.025)	1.676.122
Marcação a mercado			970
Total			1.677.092

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

As escrituras da emissão de debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A., listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

15. SALARIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários	2.457	28.823
Encargos sociais	2.729	16.337
Provisões para férias e 13º salário	11.903	13.488
Encargos sobre provisões para férias e 13º salário	5.138	5.018
Provisão sobre participação nos lucros e resultados	19.579	14.163
Outros	5.360	5.093
Total	<u>47.166</u>	<u>82.922</u>

16. ENCARGOS SETORIAIS

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	28.451	29.843
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	2.434	2.602
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	1.217	1.301
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(b)	25.659	24.211
Programa de Eficientização Energética – PEE	(b)	34.095	20.105
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	(c)	460	480
Encargos Setoriais – Outros CCRBT	(d)	-	29.477
Total		<u>92.316</u>	<u>108.019</u>
Circulante		63.111	73.521
Não circulante		29.205	34.498

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto, refere-se às quotas mensais definitivas de CDE – Uso, (R\$ 6.695 em 31 de dezembro 2017); CDE-ENERGIA no valor de R\$ 6.361 (R\$ 6.183 em 31 de dezembro 2017), conforme Resolução nº 2.446 de 09/2018; e CDE-CONTA ACR, no valor de R\$ 22.090 (R\$ 16.963 em 31 de dezembro 2017), conforme Resolução nº 2.231 de 04/2017.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

(d) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à conta centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 4 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	65.870	158.862
Programa de Integração Social – PIS	5.212	7.007
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	23.813	32.113
Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	3.576	4.245
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	1.090	1.024
Imposto sobre Serviços – ISS	132	2.272
Impostos e contribuições retidos na fonte	11.166	2.101
Outros	6.732	5.870
Total	<u>117.591</u>	<u>213.494</u>

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

18. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Provisões

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Para constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões estão compostas como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2017	40.795	77.237	786	118.818
Adição	37.848	30.490	-	68.338
Reversões por ganho	(10.819)	(14.682)	-	(25.501)
Reversões por Pagamentos/Indenizações	(19.253)	(39.347)	-	(58.600)
Atualização	10.639	25.825	4	36.468
Saldos em 31 de dezembro de 2017	59.210	79.523	790	139.523
Adição	29.324	52.878	5	82.207
Reversões por ganho	(13.382)	(13.806)	-	(27.188)
Reversões por Pagamentos/Indenizações	(21.531)	(56.294)	-	(77.825)
Atualização	5.966	20.347	3	26.316
Saldos em 31 de dezembro de 2018	59.587	82.648	798	143.033
Circulante	21.531	46.583	-	68.114
Não circulante	38.056	36.065	798	74.919

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empregadores (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 415.933 (R\$ 476.796 em 31 de dezembro de 2017) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m..

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 287.218 (R\$ 302.589 em 31 de dezembro de 2017) em processos cíveis (incluindo as causas acompanhadas no juizado especial) com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m..

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.681.453 (R\$ 1.408.693 em 31 de dezembro de 2017) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

- (i) Autos de infração por suposta utilização do ICMS nas aquisições de ativo fixo, de fornecedores micro empresa, créditos em duplicidade e nas aquisições de compras com entrega futura, estimados em R\$ 12.496 (R\$ 20.563 em 31 de dezembro de 2017);
- (ii) Auto de infração por falta de retenção do IRRF (IRPJ) incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 35.675 (R\$ 33.942 em 31 de dezembro de 2017); e
- (iii) Autos de infração decorrentes da dedução da despesa de amortização do ágio das bases de cálculo do IRPJ e CSLL, que resultaram ainda em glosa de créditos apurados, já utilizados em compensações de tributos federais, totalizando o montante de R\$ 1.338.166 (R\$ 1.099.940 em 31 de dezembro de 2017).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência da mais-valia quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer a mais-valia decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Depósitos judiciais

Correlacionado às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhistas	63.248	47.905
Cíveis	34.905	36.850
Fiscais	12.338	12.133
Total	<u>110.491</u>	<u>96.888</u>

19. OUTROS PASSIVOS

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Consumidores		26.185	29.717
Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP		13.212	16.049
Caução em garantia	(a)	132.542	127.297
Adiantamentos recebidos		4.735	7.472
Cooperativas - Aquisição de ativos		-	7.503
Repasse a terceiros		17.470	5.076
Outras		5.723	5.682
		<u>199.867</u>	<u>198.796</u>
Circulante		144.679	162.045
Não circulante		55.188	36.751

(a) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos índices IGPM ou CDI, conforme previsto em contrato.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 700.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 663.178 (R\$ 663.178 em 31 de dezembro de 2017).

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

Acionistas / Qtde Ações vs R\$							Total	
	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Ações	R\$
Neoenergia S.A.	66.023	586.829	464	4.127	400	3.559	66.887	594.515
Outros	280	2.490	7.103	63.133	342	3.040	7.725	68.663
Total	66.303	589.319	7.567	67.260	742	6.599	74.612	663.178

* Lote de mil ações.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) As ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) As ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	111.904	56.395
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	<u>74.612</u>	<u>74.612</u>
Lucro básico e diluído por ação – R\$	<u><u>1,50</u></u>	<u><u>0,76</u></u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 454.999, gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de dezembro de 2018, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 407.828 (R\$ 394.200 em 31 de dezembro de 2017) e a disponível para capitalização por parte do acionista controlador monta R\$ 354.713 (R\$ 341.084 em 31 de dezembro de 2017).

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 315 de incentivo fiscal da SUDENE.

b) Reserva legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2011 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2018					
Ata RCA de 28 de junho de 2018	Juros sobre Capital Próprio	50.206	0,6722220	0,6722220	0,7394442
		50.206			
2017					
AGO de 10 de abril de 2017	Dividendos 2016	8	0,0001152	0,0001152	0,0001227
AGE de 10 de agosto de 2017	Dividendos adicionais propostos 2014	23.315	0,3121646	0,3121646	0,3433811
Ata RCA de 21 de dezembro de 2017	Juros sobre Capital Próprio	75.000	1,0041958	1,0041958	1,1046153
		98.323			

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais “Classe B” terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	Ref.	2018	2017
Lucro líquido do exercício		111.904	56.395
Incentivo fiscal SUDENE		(315)	161
Aplicação inicial CPC 48 / IFRS 9		(16.107)	-
Base de cálculo do dividendo		<u>95.482</u>	<u>56.556</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)		<u>23.871</u>	<u>14.139</u>
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:			
Juros sobre capital próprio		50.206	75.000
Dividendos adicionais propostos	(a)	45.276	-
Total bruto		<u>95.482</u>	<u>75.000</u>
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (*)		<u>(6.993)</u>	<u>(10.448)</u>

(*) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

a) Dividendos adicionais propostos

A Companhia encaminhou para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 14 de fevereiro de 2019, a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2018.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, estarão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada “Dividendos adicionais propostos”, até a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária – AGO.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos iniciais	64.669	105
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	50.206	98.315
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	(6.993)	(10.448)
Pagos no período	<u>(107.317)</u>	<u>(23.303)</u>
Saldos finais	<u>565</u>	<u>64.669</u>

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos em outros resultados abrangentes: (i) os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retorno esperado sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego; e (ii) os ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, ambos líquidos dos efeitos tributários.

21. RECEITA LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções é como segue:

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecimento de energia	(a)	3.733.234	3.409.194
Câmara de Comercialização de Energia – CCEE	(b)	150.648	154.076
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	3.734.362	3.288.936
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(d)	(30.642)	265.958
Receita de construção da infraestrutura da concessão		732.609	691.074
Outras receitas	(e)	<u>122.050</u>	<u>132.487</u>
Total receita bruta		<u>8.442.261</u>	<u>7.941.725</u>
(-) Deduções da receita bruta	(f)	<u>(2.826.215)</u>	<u>(2.639.197)</u>
Total receita operacional líquida		<u>5.616.046</u>	<u>5.302.528</u>

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

(a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	MWh (*)		R\$		
	Ref.	2018	2017	2018	2017
Consumidores:					
Residencial		4.932.707	4.849.519	3.308.432	2.953.761
Industrial		1.080.295	1.088.805	600.757	557.741
Comercial		2.464.900	2.452.977	1.727.384	1.577.209
Rural		672.054	677.717	279.037	253.082
Poder público		622.333	628.169	389.789	362.167
Iluminação pública		508.613	487.175	221.697	192.893
Serviço público		606.200	572.231	242.550	212.083
Consumo próprio		13.994	14.979	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	12.275	2.491
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	(3.452.600)	(3.050.033)
Subvenções à tarifa social baixa renda		-	-	403.913	347.800
Total		10.901.096	10.771.572	3.733.234	3.409.194

(*) Informações não auditadas.

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/08, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	2018	2017
Receita de uso - consumidor livre	281.762	238.903
Receita de uso - consumidor cativo	(*) 3.452.600	3.050.033
	3.734.362	3.288.936

(*) Vide comentários nota (a), acima.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

(d) Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CVA		
Energia	8.647	509.253
Encargo de Serviço do Sistema – ESS	23.297	(121.301)
TUST	(7.242)	32.014
Neutralidade dos encargos setoriais	(23.511)	14.646
Outras CVA's	46.505	(83.203)
Outros Itens Financeiros		
Energia eletronuclear	-	(22)
Reversão RTE 2015	-	3.800
Sobrecontratação	(30.428)	4.361
Risco hidrológico	(9.172)	(91.191)
Recomposição energia Termope	5.307	21.599
Ultrapassagem de Demanda/ Excedente Reativo	(36.379)	(28.158)
Ressarcimento P&D	(12.077)	-
Outros itens financeiros	4.411	4.160
	<u>(30.642)</u>	<u>265.958</u>

(e) Outras receitas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Renda da prestação de serviços	24.277	21.237
Arrendamentos e aluguéis	32.642	29.181
Serviço taxado	6.194	9.013
Valor de reposição estimado da concessão (*)	55.940	57.155
Outras receitas	2.997	15.901
	<u>122.050</u>	<u>132.487</u>

(*) A Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

(f) Deduções da receita bruta

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		(Reclassificado)
Impostos e contribuições		
ICMS	(1.619.054)	(1.454.106)
PIS	(127.792)	(117.279)
COFINS	(588.300)	(538.867)
ISS	(2.686)	(2.616)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (*)	(444.537)	(369.098)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(24.104)	(22.851)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(9.641)	(9.140)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(4.821)	(4.570)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (**)	27.205	(9.140)
Encargos do Consumidor – PROINFA	(20.862)	(17.114)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(6.048)	(88.815)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica –TFSEE	(5.575)	(5.601)
Total	<u>(2.826.215)</u>	<u>(2.639.197)</u>

(*) Vide nota 16 (a).

(**) Crédito de ressarcimento P&D, referente a 2017 - SAF/ANEEL - Ofício 350-8.

22.CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	<u>MWh (*)</u>		<u>R\$</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
				(Reclassificado)
Energia comprada para revenda				
Ambiente de Contratação Regulado – ACR (Leilões)	7.025.794	6.570.052	(1.038.755)	(900.610)
Contratos bilaterais	3.416.400	3.416.400	(828.445)	(829.947)
Contratos por cotas de garantia física	3.252.056	3.561.613	(288.480)	(223.690)
Cotas das usinas Angra I e Angra II	442.472	442.472	(108.943)	(100.247)
Mercado de curto prazo	75.644	190.967	(94.710)	(147.136)
PROINFA	269.887	272.907	(78.193)	(76.684)
Ressarcimento de energia	-	-	28.440	28.230
(-) Créditos de PIS e COFINS	-	-	328.462	327.538
Custos variáveis do MCP	-	-	(900.329)	(1.019.824)
Total	<u>14.482.253</u>	<u>14.454.411</u>	<u>(2.980.953)</u>	<u>(2.942.370)</u>
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição				
Encargos de rede básica			(385.757)	(260.749)
Encargos de conexão			(24.519)	(14.088)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(12.414)	(10.806)
Encargo de Serviço do Sistema – ESS			(37.964)	(45.336)
Encargos de Energia de Reserva – EER			26.772	114.070
(-) Créditos de PIS e COFINS			40.006	17.378
Total			<u>(393.876)</u>	<u>(199.531)</u>
Total de custos com energia elétrica			<u>(3.374.829)</u>	<u>(3.141.901)</u>

(*) Informações não auditadas.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

23. CUSTO DE OPERAÇÃO E OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos /Receitas/ Despesas	Ref.	2018			2017	
		Custos dos serviços	Despesas com vendas	Outras receitas/(despesas) gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(144.869)	(35.751)	(70.066)	(250.686)	(288.918)
Administradores		-	-	(3.402)	(3.402)	(7.192)
Benefício pós-emprego		-	-	(2.480)	(2.480)	(576)
Material		(18.789)	(191)	(14.489)	(33.469)	(34.573)
Combustível para produção de energia		(3.949)	-	-	(3.949)	(10.407)
Serviços de terceiros		(264.354)	(40.092)	(70.210)	(374.656)	(411.179)
Amortização	(b)	(198.128)	-	(29.658)	(227.786)	(203.448)
Arrendamentos e aluguéis		(312)	(112)	(2.379)	(2.803)	(3.229)
Tributos		(436)	(322)	(2.918)	(3.676)	(3.300)
Provisão para Perdas Esperada de Créditos de Liquidação Duvidosa - PPECLD		-	(106.907)	-	(106.907)	(109.364)
Provisões líquidas – contingências		-	-	(55.019)	(55.019)	(43.477)
Outros receitas/ despesas	(c)	(11.417)	(716)	19.255	7.122	(7.206)
Total custos/ receitas/despesas		(642.254)	(184.091)	(231.366)	(1.057.711)	(1.122.869)

(a) Custo e despesa de pessoal

	2018	2017
		(Reclassificado)
Remunerações	(105.603)	(160.130)
Encargos sociais	(56.925)	(58.047)
Auxílio alimentação	(22.564)	(20.343)
Previdência privada e outros benefícios	(10.272)	(6.858)
Rescisões	(21.529)	(6.208)
Férias e 13º salário	(29.551)	(23.303)
Plano de saúde	(27.716)	(23.058)
Participação nos lucros e resultados	(23.564)	(23.068)
Encerramento de ordem em curso	(529)	(415)
(-) Transferências para ordens	50.285	35.365
Outros	(2.718)	(2.853)
	(250.686)	(288.918)

(b) Amortização

	2018	2017
Quota de amortização no exercício	(235.684)	(209.805)
(-) Crédito PIS/COFINS	7.898	6.357
	(227.786)	(203.448)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

(c) Outras receitas e despesas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		(Reclassificado)
Seguros	(1.992)	(1.947)
Doações e contribuições	(635)	(1.694)
Recuperação de despesa	13.099	12.835
Órgãos de classe do setor elétrico	(1.989)	(2.465)
Despesas de viagem	(5.858)	(5.320)
Consumo próprio de energia elétrica	(9.895)	(9.766)
Propaganda e publicidade	(1.921)	(1.785)
Alimentação	(489)	(177)
Multas regulatórias	(*) -	(18.949)
Encerramento de ordem	(89)	9
Multa contratual do consumidor	52.220	48.420
Perdas / alienação / cancelamento / desativação	(33.801)	(21.595)
Indenização danos elétricos	(2.922)	(3.698)
Outros	1.394	(1.074)
Total	<u>7.122</u>	<u>(7.206)</u>

(*) Adoção do CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 2.6.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
		(Reclassificado)
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	32.481	33.141
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	40.722	39.454
Variações monetárias e cambiais - Dívida	531.332	188.953
Variações monetárias e cambiais - Outras	2.132	5.541
Instrumentos financeiros derivativos	494.518	95.527
Atualização depósitos judiciais	1.796	2.538
Atualização do ativo financeiro setorial	16.847	-
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	(7.136)	(5.748)
Outras receitas financeiras	24.524	5.582
Total	<u>1.137.216</u>	<u>364.988</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívidas	(219.692)	(166.909)
Variações monetárias e cambiais - Dívida	(763.786)	(223.052)
Variações monetárias e cambiais - Outras	(11.995)	(14.349)
Instrumentos financeiros derivativos	(321.380)	(136.964)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios IOF	(19.561)	(26.166)
	(4.537)	(5.038)
Encargos P&D/PEE	(2.635)	(2.949)
Atualização do passivo financeiro setorial	-	(12.000)
Atualização contingências	(26.316)	(36.468)
Outras despesas financeiras	(53.876)	(28.434)
Total	<u>(1.423.778)</u>	<u>(652.329)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(286.562)</u>	<u>(287.341)</u>

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

25.SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COLIGADAS	Notas	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)		Vencimento
		2018	2017	2018	2017	
Compra de energia elétrica						
Termopernambuco S/A	(a.1)	(129.598)	(165.022)	(1.051.268)	(1.049.434)	2024
Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.	(a.2)	(429)	(410)	(3.540)	(3.421)	2039
Norte Energia S.A.	(a.2)	(27.219)	(17.230)	(224.360)	(140.414)	2044
Energética Águas da Pedra	(a.2)	(2.331)	(2.224)	(19.211)	(18.567)	2040
Calango 1 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(20)	-	(238)	2033
Calango 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(17)	-	(204)	2032
Calango 3 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(20)	-	(238)	2032
Calango 4 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(19)	-	(221)	2033
Calango 5 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(20)	-	(235)	2032
Caetitê 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(17)	-	(197)	2032
Caetitê 3 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(17)	-	(199)	2032
Mel 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	-	(14)	-	(161)	2032
Arizona 1 Energia Renovável S/A.	(a.2)	-	(18)	-	(215)	2032
Cia Hidrelétrica Teles Pires	(a.2)	(2.899)	(2.726)	(23.892)	(25.082)	2044
		(162.476)	(187.774)	(1.322.271)	(1.238.826)	
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CCT)						
Termopernambuco S/A	(d)	(217)	(68)	(817)	(803)	2030
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(c)	(40)	(38)	(365)	(259)	2030
SE Naranhina S.A.	(c)	(4)	(4)	(47)	(35)	2030
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	(c)	(43)	(41)	(362)	(275)	2030
		(304)	(151)	(1.591)	(1.372)	
Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)						
Coelba	(b)	(546)	(412)	(5.037)	(5.173)	2030
		(546)	(412)	(5.037)	(5.173)	
Serviços administrativos						
CELPOS	(g)	(85.605)	(98.176)	(11.459)	(23.500)	Indeterminado
		(85.605)	(98.176)	(11.459)	(23.500)	

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

CONTROLADORES	Notas	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)		Vencimento
		2018	2017	2018	2017	
Serviços administrativos						
Neoenergia S.A	(e)	32.352	21.731	(40.181)	(8.085)	2019
Banco do Brasil	(i)	-	-	(2.328)	(3.066)	Indeterminado
		32.352	21.731	(42.509)	(11.151)	
Dividendos e JSCP						
Neoenergia S.A	(j)	(2)	(57.129)	-	-	-
Outros Minoritários		(200)	(7.540)	-	-	-
		(202)	(64.669)	-	-	
Empréstimos e aplicação financeira						
BB - Banco Investimento S/A	(h)/(i)	(157.109)	9.628	10.784	(6.816)	2021
		(157.109)	9.628	10.784	(6.816)	
TOTAL		(373.890)	(319.823)	(1.372.083)	(1.286.838)	
Circulante		(180.117)	49.136			
Não circulante		(193.773)	(368.959)			

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovada pela ANEEL. O contrato é corrigido anualmente pela variação do IGPM dos combustíveis.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contrato de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contrato de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM e contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa como avalista de instrumentos financeiros com cobrança de *fee* por Aval.

(f) Saldos de planos previdenciários junto a Celpos e de contrato de reconhecimento de dívida junto a esta fundação, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

(g) Contratos de empréstimo, corrigidos mensalmente com base no CDI e aplicação em fundos de investimento em renda fixa (BB Polo 28).

(h) Contrato de serviço de arrecadação de faturas de energia.

(i) Dividendos e juros sobre capital próprio.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

25.1 Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.402 (R\$ 7.192 em 31 de dezembro de 2017), e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, incluídos neste montante os itens abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração recorrente	2.475	3.238
Benefícios de curto prazo	1.135	2.977
Benefícios de longo prazo	(208)	799
Rescisões contratuais	-	178
Total	<u>3.402</u>	<u>7.192</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores registrados na contabilidade pelo regime de competência apresentam saldo credor em decorrência da reversão de provisões de ILP, constituídas em exercícios anteriores, e que não irão mais ser pagas.

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 27 de março de 2018, aprovou o montante de até R\$ 5.729 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante pago foi de R\$ 4.951 (R\$ 5.268 em 31 de dezembro de 2017), conforme detalhamento abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração recorrente	2.543	3.398
Benefícios de curto prazo	944	1.418
Benefícios de longo prazo	1.464	274
Rescisões contratuais	-	178
Total	<u>4.951</u>	<u>5.268</u>

A Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

26. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2018, operações de *hedge* cambial para a totalidade de suas dívidas, principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira.

As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) “Informações complementares sobre os instrumentos derivativos”.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) “Informações complementares sobre os instrumentos derivativos”.

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 657.789, sendo R\$ 524.299 em fundos exclusivos e R\$ 133.490 em outros ativos. Adicionalmente, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2018, um volume de R\$ 200.000 em *standby credit facilities* junto a instituições financeiras como estratégia de liquidez.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2018, as curvas futuras de mercado para os indexadores e moedas.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2019	2020	2021	2022	2023	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	2.824.484	3.511.519	584.647	913.319	1.010.738	870.343	110.991	21.481
Debêntures	1.890.218	2.464.261	271.078	626.672	179.373	426.967	410.736	549.435
Fornecedores	636.229	636.229	588.975	-	-	-	-	47.254
Passivos financeiros derivativos:								
Swap cambial	(204.729)	(245.308)	11.633	(85.744)	(76.294)	(94.548)	(40)	(315)
Non-deliverable Forwards (NDF)	6	6	6	2	-	-	-	-
Opções	(728)	(728)	(305)	(423)	-	-	-	-

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições de sua Política de Riscos de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências *Moody's*, *S&P* ou *Fitch* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2018.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Ratings de longo prazo em escala nacional*	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	-	AA
BNP Paribas	-	AAA	-
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	Aa1	AAA	AA
Citibank	-	AAA	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	A1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
MUFG	-	AAA	-
Votorantim	Aa3	AAA	-

[*] Bank of America, HSBC, JP Morgan, Sumitomo e Scotiabank possuem *ratings* apenas em escala global.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2018	2017
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	90.669	-
Títulos e valores mobiliários	4.817	58
Contas a receber de clientes e outros	1.699.844	1.669.036
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	193.453	175.667
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	567.120	340.336
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.742.211	1.364.297

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*, *Non-deliverable Forwards* (NDF) e opções de câmbio.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

(i) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

<i>Swap</i> US\$ pós vs R\$ pós	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2018	2017		2018	2017	Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
Ativa	US\$ 185.270	US\$ 223.367	2018/2021	736.735	752.669	-
Passiva	R\$ 590.290	R\$ 675.199		(601.631)	(675.199)	-
Risco de crédito				(204)	190	-
Líquido				134.900	77.660	57.240

<i>Swap</i> US\$ pré vs R\$ pós	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2018	2017		2018	2017	Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
Ativa	US\$ 106.969	US\$ 60.665	2019/2021	414.274	206.718	-
Passiva	R\$ 351.010	R\$ 196.656		(358.732)	(196.656)	-
Risco de crédito				208	82	-
Líquido				55.750	10.144	45.606

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

(ii) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*Euribor*).

<i>Swap</i> EUR \$ pré vs R\$ pós	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado
	2018	2017		2018	2017	Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
Ativa	€ 79.814	€ 208	2026	374.207	982	-
Passiva	R\$ 356.547	R\$ 539		(371.423)	(539)	-
Risco de crédito				(3)	4	-
Líquido				2.781	447	2.334

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

(iii) Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de *swap* para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Swap IPCA vs CDI	Valores de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
	2018	2017		2018	2017	2018
Ativa	R\$ 100.668	R\$ 94.662	2022	108.083	99.575	-
Passiva	R\$ 95.807	R\$ 95.014		(96.774)	(95.014)	-
Risco de crédito				(21)	7	-
Líquido				11.288	4.568	6.720

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

(iv) Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Opções	Valores de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/ recebido ou a pagar/pago
	2018		2018	2018
Compra de <i>call</i>	US\$ 1.221	2018 a 2020	744	-
Venda de <i>put</i>			(5)	-
Líquido			739	739

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

(v) Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF (*Non-deliverable forwards*) para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

NDF	Valor de referência	Vencimento (Ano)	Valor justo	Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2018		2018	2018
Termo EUR	€ 38	2019 a 2020	(7)	-
			(7)	(7)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo.

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- (i) *Hedge* de valor justo: o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

- (ii) *Hedge* de fluxo de caixa: as variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes) e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) quando o item protegido for efetivamente realizado.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo de gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, sua avaliação de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

Instrumentos financeiros derivativos que não são designados como *hedge accounting* são qualificados como *hedge* econômico, e variações no seu valor justo são contabilizadas integralmente no resultado.

f) Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado ao final do exercício.

- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,8748	(1.144.850)	(284.183)	(570.396)
Swap ponta ativa em Dólar				1.151.016	287.753	575.507
Exposição líquida				6.166	3.570	5.111
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	4,4390	(354.076)	(88.261)	(176.780)
Swap ponta ativa em Euro				374.200	93.552	187.104
Exposição líquida				20.124	5.291	10.324
Collar	Dólar(\$)	Queda do Dólar	3,9493	739	(453)	(1.248)
Item protegido: parte de desembolsos em USD					453	1.248
Exposição líquida				739	-	-
NDF	Euro(€)	Queda do Euro	4,4390	(7)	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR					(42)	(84)
Exposição líquida				(7)	(42)	(84)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,40%	635.584	40.677	(10.169)	(20.339)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,40%	(1.772.323)	(32.632)	(7.887)	(15.673)
Swap ponta passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	6,40%	(1.057.545)	(19.485)	(4.709)	(9.358)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,91%	(107.808)	(2.417)	(194)	(388)
Swap ponta ativa em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,91%	108.083	2.423	195	389
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	2,81%	(732.354)	(8.338)	(1.285)	(2.570)
Swap ponta ativa LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR 3M	2,81%	550.711	7.600	1.151	2.301
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	6,40%	(201.353)	(23.340)	(840)	(1.671)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,03%	(351.419)	(7.998)	(1.544)	(3.088)

27. ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível (*)	2018		2017	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurados pelo custo amortizado		1.539.646	198.270	1.339.772	175.725
Caixa e equivalentes de caixa		90.669	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	2	4.817	4.817	58	58
Contas a receber de clientes e outros		1.250.707	-	1.164.047	-
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3	193.453	193.453	175.667	175.667
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		2.515.065	1.947.945	1.803.914	1.463.578
Caixa e equivalentes de caixa		567.120	-	340.336	-
Swap cambial	2	205.734	205.734	99.281	99.281
Concessão do Serviço Público - Indenização	3	1.742.211	1.742.211	1.364.297	1.364.297
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		7.506	7.506	-	-
Opções	2	732	732	-	-
Swap de taxa de juros e cambial	2	6.774	6.774	-	-
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		3.744.104	3.753.065	3.048.431	3.060.902
Fornecedores		636.229	636.229	876.299	876.299
Empréstimos e financiamentos	2	1.325.558	1.329.508	1.334.902	1.342.850
Debêntures	2	1.782.317	1.787.328	837.230	841.753
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		1.610.249	1.610.249	1.063.272	1.063.272
Empréstimos e financiamentos	2	1.498.926	1.498.926	959.235	959.235
Debêntures	2	107.901	107.901	97.575	97.575
Swap cambial	2	3.422	3.422	6.462	6.462
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado abrangente		4.377	4.377	-	-
Non-deliverable forwards (NDF)	2	6	6	-	-
Opções	2	4	4	-	-
Swap de taxa de juros e cambial	2	4.367	4.367	-	-

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A movimentação nos ativos de Nível 3 e respectivos ganhos (perdas) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 46.268 negativo (R\$ 61.506 positivo em 31 de dezembro de 2017), e estão divulgados nas notas explicativas 10 e 11.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

i) Concessão do serviço público

Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de Nível 3.

Uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos. A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais.

ii) Empréstimos e financiamentos

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida.

Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

iii) Instrumentos financeiros derivativos

Em virtude da reavaliação na metodologia para cálculo do MTM da Companhia, implementada em 2018, o valor presente passou a ser calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva. Até 31 de dezembro de 2017, era utilizada para esse cálculo uma taxa baseada no custo do CDI no início de cada operação. Essa mudança de estimativa contábil não produziu impacto relevante no período e o mesmo comportamento é esperado para períodos subsequentes.

No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa futuro. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo.

28. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia são como segue:

<u>Vigência</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>Após 2024</u>
De 2020 a 2030	3.012.522	3.176.726	3.356.606	3.551.471	3.498.607	26.151.573

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2018, e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

29. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGOS E OUTROS BENEFÍCIOS

A Companhia patrocina dois planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Definidos, estruturado na modalidade de Benefício Definido e Plano Misto I de Benefícios, estruturado na modalidade Contribuição Definida).

Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação CELPE de Seguridade Social – CELPOS, mantenedora dos planos previdenciários: Plano de Benefícios Definidos – Plano BD e Plano Misto I de Benefícios– Plano CD.

O Plano BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 31 de janeiro de 2006. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

O Plano Misto I de Benefícios – Plano CD com características de contribuição definida, contempla renda de aposentadoria programada e benefícios de pecúlio por morte e por invalidez. Foi implantado em 2006, com adesão de aproximadamente 22% dos participantes ativos. Por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O Plano CD ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o Plano CD também é escopo de cálculos atuariais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contratou junto à seguradora AXA a cobertura dos riscos relacionados a estes benefícios, o que permitiu a liquidação da obrigação atuarial que vinha sendo reconhecida. A apólice de seguro tem vigência de um ano, de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, e durante a vigência cobre a totalidade dos riscos relacionados à recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente. A partir de 2019 e nos anos subsequentes a Companhia pretende renovar anualmente esta apólice, de acordo com a nova política adotada pelo grupo.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 31.471 (R\$ 26.423 em 31 de dezembro de 2017).

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício foram as seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo do intangível em curso	(1.262)	(2.354)
Despesas operacionais	(6.436)	(20.831)
	<u>(7.698)</u>	<u>(23.185)</u>

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a CELPOS, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores reconhecidos no passivo estão apresentados da seguinte forma:

	<u>Circulante</u>		<u>Não Circulante</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	18.413	17.788	73.413	88.614
	<u>18.413</u>	<u>17.788</u>	<u>73.413</u>	<u>88.614</u>
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	87.290	113.171
Outros benefícios	-	(30)	-	(25)
	<u>-</u>	<u>(30)</u>	<u>87.290</u>	<u>113.146</u>
	<u>18.413</u>	<u>17.758</u>	<u>160.703</u>	<u>201.760</u>

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a empregados

A Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela CELPOS, em 31 de dezembro de 2018 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram:

Planos de benefício / Contribuição	CD		BD	
	2018	2017	2018	2017
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	8,94%	9,59%	9,36%	9,93%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,29%	5,55%	5,29%	5,55%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,25%	Não aplicável	4,25%	4,50%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,25%	4,50%	4,25%	4,50%
Taxa de rotatividade esperada	8,09%	8,57%	Nula	Nula
Fator de capacidade	0,98	0,98	0,98	0,98
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000 Masculina	AT-2000 Masculina
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A	N/A	AT-83 masculina	AT-83 masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-Fraca	Light-Fraca	Light-Média	Light-Média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	Não aplicável	50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 10% entre essa data e a data da aposentadoria normal e 100% na data de elegibilidade aposentadoria normal	50% na primeira elegibilidade à aposentadoria antecipada, 10% entre essa data e a data da aposentadoria normal e 100% na data de elegibilidade aposentadoria normal

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram:

Análise de sensibilidades nas hipóteses adotadas	CD	BD	
	2017	2018	2017
Valor presente das obrigações de benefício definido			
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1.483	1.018.886	1.000.340
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	1.433	930.759	914.723
% de impacto na obrigação de benefício definido			
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1,74%	4,72%	4,67%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-1,67%	-4,34%	-4,29%
Impacto na <i>Duraction</i> média da obrigação de benefício definido			
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	3,45	10,40	9,12
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	3,37	9,76	8,78

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Benefícios de aposentadoria – BD	79.123	79.049	232.511	361.009	751.691

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente, relacionados aos planos previdenciários em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	2018	2017
Valor reconhecido no balanço		(Reclassificado)
Benefícios de previdência - CD	-	150
Benefícios de previdência - BD	(179.116)	(219.518)
	(179.116)	(219.368)
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no ano		
Benefícios de previdência - CD	(2.063)	(28)
Benefícios de previdência - BD	27.441	14.870
	25.378	14.842
Redimensionamentos atuariais reconhecidos no resultado abrangente no exercício		
Benefícios de previdência - CD	1.913	(1.232)
Benefícios de previdência - BD	12.961	8.722
	14.874	7.490

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Plano CD		Plano BD	
	2018	2017	2018	2017
				(Reclassificado)
Custo do serviço passado	(3.287)	-	-	-
Custo do serviço corrente	(179)	(227)	986	488
Custo dos juros líquido de contribuições do empregador revertidas no ano	15	191	(19.561)	(26.166)
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.388	8	46.016	40.548
Total incluído no resultado	(2.063)	(28)	27.441	14.870

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	CD	BD
Em 31 de dezembro de 2016	(1.738)	(920.289)
Custo do serviço corrente	(227)	488
Custo dos juros	(187)	(103.812)
Contribuições pagas pelos participantes	(29)	(2.576)
Benefício pago pelo plano	-	80.540
Redimensionamento atuarial		
Premissas demográficas	535	(338)
Premissas financeiras	(22)	(63.245)
Experiência do plano	211	53.479
Em 31 de dezembro de 2017	(1.457)	(955.753)
Custo do serviço passado	2.067	-
Custo do serviço corrente	(179)	986
Custo dos juros	(126)	(90.910)
Contribuições pagas pelos participantes	(58)	(2.204)
Benefício pago pelo plano	-	105.817
Redimensionamento atuarial		
Premissas demográficas	(44)	-
Premissas financeiras	(7)	(40.723)
Experiência do plano	(196)	9.803
Em 31 de dezembro de 2018	-	(972.984)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano de benefício definido e do plano de contribuição definida são, respectivamente, as seguintes:

	<u>CD</u>	<u>BD</u>
Em 31 de dezembro de 2016	9.231	677.178
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	1.099	77.646
Redimensionamento atuarial	(8.758)	18.828
Contribuições pagas pela patrocinadora	8	40.547
Contribuições pagas pelos participantes	28	2.576
Benefícios pagos pelo plano	-	(80.540)
Em 31 de dezembro de 2017	1.608	736.235
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	141	71.350
Redimensionamento atuarial	2.160	43.881
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.388	46.015
Contribuições pagas pelos participantes	58	2.204
Benefícios pagos pelo plano	-	(105.817)
Custo do serviço passado pago pelo ativo do plano	(5.355)	-
Em 31 de dezembro de 2018	-	793.868

Os ativos dos planos de benefícios estão classificados nas seguintes categorias:

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (Reclassificado)		
	<u>BD</u>	<u>BD</u>	<u>CD</u>	<u>Total</u>
Renda fixa	737.170	657.966	1.482	659.448
Renda variável	17.862	22.876	126	23.002
Investimentos imobiliários	38.836	55.393	-	55.393
Total	793.868	736.235	1.608	737.843
Renda fixa	93%	89%	92%	89%
Renda variável	2%	3%	8%	3%
Investimentos imobiliários	5%	8%	-	8%
Total	100%	100%	100%	100%

Custos esperados do plano previdenciário do benefício definido e contribuição definida para o exercício 2019:

	<u>Plano BD</u>
Custo do serviço corrente	1.310
Custo dos juros	(14.359)
Total incluído no resultado	(13.049)

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 80.988 (R\$ 74.579 em 31 de dezembro de 2017).

30. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Prêmio</u>
Riscos operacionais - subestações e usinas	08/10/2018 a 31/05/2019	525.097	403
Responsabilidade civil geral - operações	08/10/2018 a 08/10/2019	8.000	969
Veículos	31/05/2018 a 31/05/2019	100% FIPE	26

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes, que resultaram no aumento da proteção dos ativos com a mudança da modalidade de Riscos Nomeados para a modalidade de Riscos Operacionais (“*all risks*”).

31. QUESTÕES AMBIENTAIS (*)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Política Socioambiental.

A Companhia capitaliza como parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2018, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental:

- Rede compacta / Linha verde - Uma das ações de grande importância na preservação ambiental é a utilização de redes protegidas. Os cabos elétricos protegidos evitam acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda em árvores e melhorando o desempenho do sistema elétrico.

- Certificação ambiental ISO 14001:2015 - Em 2018, o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) manteve sua certificação, com base na versão da Norma ABNT NRB ISO 14001: 2015. Os processos que fazem parte do escopo do SGA são: “Serviços administrativos” (no Edifício Sede) e “Geração de energia” (na Usina Tubarão, em Fernando de Noronha).

Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

- **Compensação Ambiental** - A reposição florestal da CELPE obedece às normas vigentes, que estabelecem medidas compensatórias quando há necessidade de supressão e vegetação para a instalação de empreendimentos. Em 2018, a distribuidora mantém os projetos de reposição florestal que totalizam com o plantio de aproximadamente 14.000 (catorze mil) mudas plantadas.

- **Gerenciamento de resíduos** - A CELPE possui uma norma para o Gerenciamento de seus Resíduos (NOR.CELP-MAMB-0001), que estabelece as obrigações/ações a serem tomadas para cada tipo de resíduo pela empresa contratada para o destino final. Entre os tratamentos dos resíduos da empresa, podem-se citar a reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores, e rerrefino do óleo lubrificante proveniente da Geração de Energia em Fernando de Noronha. Os resíduos recicláveis da CELPE, Classe I (perigosos) e Classe II (não perigosos), são coletados, transportados e destinados para empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente.

- **Programa de Controle de Queimadas** – A CELPE em parceria com a CHESF, IBAMA, CPRH, SINDAÇÚCAR e AFCP, promove a campanha de controle às queimadas sob linhas de transmissão de energia nos municípios da Zona da Mata do Estado de Pernambuco. A campanha consiste na educação ambiental para sensibilização da população, dos usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar quanto aos riscos das queimadas não controladas, que afetam as redes de transmissão e distribuição de energia e provocam interferências no fornecimento.

- **Inventário das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)** – Em 2018, com foco no valor sustentabilidade e a busca constante pela melhoria de seus processos lançou o 3º Inventário de GEE documento que contabiliza as emissões atmosféricas referentes às operações da distribuidora ao longo do ano de 2017. O relatório é uma importante ferramenta estratégica para gerir os impactos sobre o clima e identificação de oportunidades para redução de emissões atmosféricas.

A Companhia realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

	Ativo		Resultado	
	2018	2017	2018	2017
Recursos aplicados	198.163	349.203	28.408	43.193

(*) Informações não auditadas.